

Fatores de proteção na trajetória de vida de autores de agressão sexual contra criança e adolescente (AASCA)

Protective factors in the life trajectory of sex offenders against children and adolescents (AASCA)

Daniela Castro dos Reis^{1*}, Lília Iêda Chaves Cavalcante¹, Laura Gemaque Silveira¹

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo identificar e discutir os fatores de proteção inscritos na trajetória de vida de autores de agressão sexual contra criança e adolescente (AASCA), e sua relação com os quatro núcleos do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano (MBDH). Foi realizado um estudo de caso com cinco AASCA do sexo masculino, que cumpriam pena em uma unidade prisional. Foram aplicados o Questionário para Caracterização dos Autores de Agressão Sexual de Criança e Adolescente e um roteiro de entrevista semiestruturada. Os fatores de proteção encontrados mais frequentemente foram o vínculo materno (Processo), religião (Contexto), grupo de pares (Contexto), brincadeiras e lazer (Contexto), e as metas para o futuro (Tempo). Quanto aos quatro núcleos do MBDH, não foram identificados fatores de proteção semelhantes entre os participantes no núcleo da Pessoa, o que pode sinalizar a heterogeneidade dessa população. Os fatores de proteção ao desenvolvimento identificados em meio aos participantes foram consonantes com o exposto pela literatura, sendo necessária, porém, uma compreensão mais ampla das circunstâncias associadas ao comportamento de agressão sexual a crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Fatores de proteção; Autores de agressão sexual contra criança/adolescente; Desenvolvimento humano; Trajetória de vida

ABSTRACT

This study aimed to identify and discuss the protective factors present in the life trajectory of sex offenders against children and adolescents (AASCA), and their relationship to the Bioecological Model of Human Development's (MBDH) four properties. A case study was carried out with five male AASCA, who were serving time in a prison unit. The Questionnaire for the Characterization of the Authors of Sexual Assault on Children and Adolescents and a semi-structured interview script were applied. The most frequent protective factors found were maternal bond (Process), religion (Process), peer group (Context), playing and leisure (Context) and goals for the future (Time). Concerning the four MBDH properties, there were no similar protective factors among the participants in the Person category, which may be indicative of the heterogeneity of this population. The protective factors for development identified within the participants were in line with the previous literature. However, a broader understanding of the circumstances associated with the behavior of sex offending against children and adolescents is necessary.

Keywords: Protective factors; Sex offenders against children and adolescents; Human development; Life trajectory

¹ Universidade Federal do Pará

*E-mail: danireispara@gmail.com

INTRODUÇÃO

A agressão sexual contra crianças e adolescentes é um grave problema de saúde pública que afeta milhares de brasileiros. De acordo com dados reunidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), referentes ao período de 2017 a 2020, foram registrados junto aos órgãos de segurança pública do país 179.278 casos de estupro e estupro de vulnerável contra vítimas de 0 a 19 anos. Destes, 81% das crianças e adolescentes acometidos tinham até 14 anos de idade. O local predominante das agressões foi a residência da vítima, e 86% dos autores eram conhecidos desta.

Estudos brasileiros corroboram com a informação de que a maioria dos casos de agressão sexual contra crianças e adolescentes ocorre em ambientes privados e envolve pessoas conhecidas da vítima, com predomínio do sexo masculino entre os autores da violência (COSTA; ROCHA; CAVALCANTE, 2018; PLATT; BACK; HAUSCHILD; GUEDERT, 2018). A pesquisa documental de Costa *et al.* (2018) mostra que, quando a violência ocorre no contexto intrafamiliar, o autor tende a ser mais velho, casado e com filhos. Em contrapartida, a violência praticada em ambiente extrafamiliar é cometida principalmente por autores mais jovens, solteiros, com preferência por vítimas adolescentes.

Apesar da referida temática ser explorada pela literatura, percebe-se um foco maior direcionado às vítimas (FLORENTINO, 2015; NEVES; CASTRO; HAYECK; CURY, 2010; PAIXÃO; NETO, 2020; CRUZ *et al.*, 2021) e uma escassez de estudos brasileiros que investiguem os autores da violência sexual. Nesse contexto, a identificação e a caracterização dos autores de agressão sexual contra criança e adolescente (AASCA) tendem a ser reduzidas a aspectos sociodemográficos e a enfatizar a relação que estes mantinham com a vítima no momento do crime (BAPTISTA; FRANÇA; COSTA; BRITO, 2008; PLATT *et al.*, 2018). Há uma lacuna no que tange à investigação da sua trajetória de vida e dos fatores influentes no seu processo de desenvolvimento, sendo esta necessária à compreensão dos caminhos que conduzem à prática de agressão sexual e às estratégias de prevenção e intervenção eficazes.

Diante disso, assumem-se teorias para a compreensão dos processos desenvolvimentais, discutindo não apenas os aspectos biológicos e culturais envolvidos na proposição de modelos explicativos, mas também os vários sistemas que integram esses processos, tais como o familiar, o escolar, o ambiente de trabalho e o grupo de pares. Nesse sentido, o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano (MBDH), com seus

pressupostos teóricos e hipóteses (BRONFENBRENNER, 2011), favorece a compreensão desse fenômeno em sua complexidade a partir de uma perspectiva sistêmica.

De acordo com MBDH, o desenvolvimento humano se dá a partir da ação conjunta de quatro núcleos principais: processo, pessoa, contexto e tempo. O processo é caracterizado pelos processos proximais, formas particulares de interação entre organismo e ambiente, que operam ao longo do tempo e são os principais motores do desenvolvimento. O núcleo da pessoa, por sua vez, se refere às características biopsicológicas do indivíduo, tanto inatas quanto construídas na interação com o ambiente. O contexto diz respeito à interação de quatro níveis ambientais que formam o meio ambiente ecológico (microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema). Por fim, o tempo é caracterizado pelas mudanças e continuidades ao longo do ciclo de vida e engloba desde curtos períodos dentro dos episódios de processos proximais às mudanças na sociedade através das gerações (BRONFENBRENNER, 2011).

Isso significa reconhecer que o desenvolvimento humano ocorre a partir da interação entre as características da pessoa e os diferentes sistemas ecológicos do contexto do qual o indivíduo estudado faz parte (HABIGZANG; KOLLER; AZEVEDO; MACHADO, 2005). Esse processo é dinâmico e marcado pela interdependência dos sistemas ecológicos (do mais imediato ao mais distante), sendo construído ao longo da vida. Desse ponto de vista, por meio de ferramentas teóricas e operacionais, o MBDH propicia a investigação de instâncias multifatoriais de interação e de uma complexa rede de relações humanas formada por pessoas, lugares, tempo, atividades, papéis, instituições, entre outras (BRONFENBRENNER, 1996).

Essa perspectiva teórica pressupõe que os processos psicológicos vivenciados na infância se tornam a base para as experiências subsequentes, principalmente se forem consolidados em um alicerce estável e por tempo prolongado. É nessa direção que os teóricos do desenvolvimento discutem a importância da garantia de contextos de desenvolvimento marcados por práticas positivas na infância, geralmente entendidas como condições ideais para o desenvolvimento (DE ANTONI; KOLLER, 2000; GALLO; WILLIAMS, 2008; LORDELLO; DE OLIVEIRA, 2012; NUNES; ANDRADE; MORAIS, 2013; SILVA; HUTZ, 2002).

Uma ampla literatura sobre o desenvolvimento humano vem sendo construída no intuito de discutir as condições desenvolvimentais ideais (afeto, segurança, carinho,

estimulação visual e auditiva, entre outras) e os efeitos duradouros que podem influenciar ou determinar padrões comportamentais na vida adulta (AMPARO; GALVÃO; ALVES; BRASIL; KOLLER, 2008; CECCONELLO; DE ANTONI; KOLLER, 2003; LORDELLO; DE OLIVEIRA, 2012; SAMPSON; LAUB, 1992).

Conforme Tharp, DeGue, Valle, Brookmeyer, Massetti e Matjasko (2012), crianças que vivem em situação considerada não ideal de desenvolvimento durante anos, a exemplo de um ambiente familiar desfavorável, continuamente hostil e com relações abusivas entre pais e filhos, ficam inclinadas a ter seu desenvolvimento moldado por essas condições ecológicas adversas. Essa condição desfavorável de desenvolvimento é influenciada por elementos que têm sido denominados de fatores de risco (NUNES *et al.*, 2013; POWELL; MERCY; CROSBY; DAHLBERG; SIMON, 1999).

Contudo, além dos fatores de risco, os quais integram um rol de características e condições adversas agindo de maneira sistêmica no indivíduo, existem também os chamados fatores de proteção, que atuam em conjunto com aqueles. Os fatores de proteção correspondem às influências que modificam, melhoram ou alteram a resposta dos indivíduos em ambientes hostis, atenuando o impacto dos fatores de risco (RUTTER, 1985). Assim, assume-se que os fatores de proteção promovem resiliência e resultados adaptativos diante de circunstâncias desfavoráveis (KAZDIN, 1993). Ou seja, existem evidências teóricas e empíricas, ainda que frágeis, de que, diante das situações de risco, algumas crianças e jovens conseguem se desenvolver adequadamente.

Isso significa dizer que indivíduos em situações adversas conseguem alcançar um funcionamento satisfatório nos domínios social e psicológico (o que inclui competência social, interações interpessoais positivas, habilidades em lidar com adversidades e envolvimento em atividades sociais), e que não apresentam necessariamente disfunções ou psicopatologias que impeçam ou prejudiquem a vida diária (KAZDIN, 1993; THORNTON, 2013).

Para Poletto e Koller (2008), os fatores de proteção devem ser compreendidos não como atributos pessoais ou ambientais estáticos, e sim como processos, por meio dos quais diversas variáveis interagem alterando a trajetória da pessoa e permitindo o fortalecimento diante do risco. No caso dos AASCA, entende-se que, ao longo da complexa interação entre os fatores de risco e de proteção agindo sobre a pessoa desenvolvendo, os primeiros podem se sobressair aos últimos em determinadas situações, contribuindo para perpetração dos atos de agressão.

Outrossim, Thornton (2013), ao discutir as possibilidades de tratamento de AASCA e sua eficácia em prevenir a reincidência do comportamento de agressão sexual, argumenta a favor de uma abordagem que valorize os fatores de proteção para efeito de análise de suas trajetórias. Segundo o autor, a construção de fatores de proteção é uma forma mais efetiva de manejar os fatores de risco do que apenas tentar contê-los. Faz-se necessário, portanto, expandir os conhecimentos acerca dos aspectos pessoais, processuais, contextuais e temporais dos fatores capazes de proteger o ser humano vivendo em condições de adversidade e vulnerabilidade.

Sobre a questão, Garmezy e Masten (1994), citados por Ceconello e Koller (2000), defendem que há três fatores de proteção em indivíduos: (a) características individuais, como autoestima, inteligência, capacidade para resolver problemas e competência social; (b) apoio afetivo transmitido pelas pessoas da família, por meio de um vínculo positivo com os cuidadores; (c) apoio social externo, desempenhado por outras pessoas significativas, como escola, igreja e grupos de ajuda.

Algumas outras pesquisas empíricas têm identificado fatores de proteção ao desenvolvimento como a religiosidade/espiritualidade (WALLACE; MCGEE; MALONE-COLON; BOYKIN, 2018; WRIGHT; TURANOVIC; O'NEAL; MORSE; BOOTH, 2016), as redes de apoio social (CAVALCANTE; FALCÃO; LIMA; MARINHO; MACEDO; BRAGA, 2012), os grupos de brincadeiras na infância (REIS, MONTEIRO, PONTES; SILVA, 2012) e as vinculações familiares seguras (SANTOS; ARAÚJO, 2016).

No âmbito dos comportamentos violentos, o senso de pertencimento à comunidade e a identidade racial também foram identificados como fatores de proteção, assim como a religiosidade (WALLACE *et al.*, 2018). Quanto ao comportamento de violência sexual, especificamente, Salazar *et al.* (2018) demonstraram que o conhecimento sobre consentimento sexual e a dinâmica familiar funcional agiram como fatores de proteção em uma amostra de estudantes universitários do sexo masculino. Thornton (2013), por sua vez, identificou que metas realistas agem como fatores de proteção para os AASCA após o cometimento da agressão, reduzindo as chances de reincidência.

Estudos sobre fatores de proteção com essa população têm sido realizados mais recentemente. Alguns estudos abordam os fatores de proteção ao longo do desenvolvimento de crianças e adolescentes de forma prospectiva (SIEVING *et al.*, 2017;

ROMM; PARK; HUGHES; GENTZLER, 2021), enquanto outros os investigam retrospectivamente em indivíduos adultos, por meio de relatos das histórias de vida (PEREIRA; WILLHELM; KOLLER; ALMEIDA, 2018).

De todo modo, estudos sobre fatores de proteção devem ser encorajados, pois entende-se que a compreensão do comportamento de agressão sexual a crianças e adolescentes perpassa a trajetória de vida dos AASCA, a qual deve ser investigada para além dos fatores de risco associados a comportamentos disfuncionais. É de suma importância identificar práticas e vivências positivas presentes no decorrer do seu desenvolvimento, de modo a ampliar as possibilidades de intervenção, tratamento e prevenção à agressão. Tal investigação também é relevante para a discussão sobre as condições necessárias para que os fatores de proteção apontados pela literatura possam de fato proteger a pessoa em desenvolvimento diante das situações de vulnerabilidade, por um período prolongado, possibilitando-lhes superar as intercorrências da vida.

Portanto, o objetivo deste estudo foi identificar e discutir os fatores de proteção inscritos na trajetória de vida de AASCA, e sua relação com os quatro núcleos do MBDH.

MÉTODO

Delineamento de Pesquisa

O delineamento deste estudo é de natureza empírica e com caráter exploratório-descritivo, utilizando como método de pesquisa o estudo de caso, conforme define Yin (2005).

Considerações Éticas

O projeto de pesquisa foi aprovado segundo o parecer do Núcleo de Medicina Tropical-NMT/ Universidade Federal do Pará UFPA emitido em 15/05/2014, registrado no processo número 650.210 (Apêndice B).

Participantes

Participaram da pesquisa cinco AASCA do sexo masculino cujos processos tramitaram e foram julgados em Varas de Crimes contra Crianças e Adolescentes, e que estavam à época da pesquisa cumprindo pena em uma unidade prisional. Participante 1: 19 anos, branco, solteiro, evangélico, ensino superior incompleto, estudante, teve como vítima um vizinho (8 anos), sentenciado; participante 2: 21 anos, pardo, solteiro, evangélico, ensino fundamental incompleto, ocupação indefinida, teve como vítima a namorada (13 anos), medida provisória; participante: 58 anos, casado, católico, nunca estudou, lavrador, teve como vítima a aluna da esposa (11 anos), medida provisória;

participante 4: 36 anos, pardo, divorciado, evangélico, ensino fundamental incompleto, garimpeiro, teve como vítima a filha (14 anos); participante 5: 20 anos, pardo, solteiro, evangélico, ensino fundamental incompleto, ajudante de pedreiro, vítima desconhecida (3 anos), sentenciado.

Os participantes foram escolhidos de acordo com os critérios estabelecidos de inclusão e exclusão: todos os participantes deveriam estar livres de perturbações psíquicas (antissocial, esquizofrenia, depressão grave, entre outros), ausência de síndrome cerebral orgânica ou qualquer condição médica grave (cardiopatias, por exemplo).

Instrumentos

Questionário para Caracterização dos Autores de Agressão Sexual de Criança e Adolescente (QCAASCA), composto por 93 itens distribuídos em oito eixos: identificação (19 itens); caracterização sociofamiliar (13 itens); aspectos da saúde (13 itens); educação (08 itens); sexualidade (16 itens); violência (05 itens); rede de apoio na infância e adolescência (15 itens); rede de apoio no centro de recuperação (04 itens).

Roteiro de entrevista semiestruturada elaborado com o objetivo de descrever e analisar dados relativos à trajetória de vida dos participantes que foram entrevistados com base no estudo de Moura (2007). A entrevista é composta por três eixos que contemplam exclusivamente perguntas abertas: relações na infância (18 perguntas); relações na adolescência (20 perguntas); relações na vida adulta (10 perguntas).

Materiais

Como técnica de registro utilizou-se a gravação em Mp3, por meio de um gravador Sony (IC Record, ICD-PX 240), sendo o conteúdo do áudio transcrito na íntegra pela pesquisadora e por membros do Grupo de Estudo de Autores de Violência (GEAV).

Procedimentos de coleta

Solicitou-se autorização de acesso às unidades prisionais por meio de ofício à Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE), e realizou-se um encontro com cada participante, no qual foi conduzida uma entrevista de aproximadamente 120 minutos. Algumas informações retiradas dos prontuários, como dados sobre a situação jurídica dos participantes, complementaram e auxiliaram na composição das análises pretendidas.

Quanto ao roteiro de entrevista, as perguntas foram realizadas de maneira que os questionamentos e/ou perguntas fossem intercalados, ajudando a voltar a atenção do

entrevistado para o objetivo da pesquisa. O participante discorreu sobre fatos e experiências que marcaram a sua trajetória pessoal, descrevendo situações da sua vida diária, eventos significativos e problemas recorrentes, assim como informou sobre o lugar e a importância destas experiências na sua trajetória de vida.

Procedimentos de análise

O tratamento dos conteúdos analisados nas entrevistas foi categorizado como Fatores de proteção organizados conforme os núcleos teóricos do MBDH, de acordo com as suas semelhanças e diferenças. No núcleo pessoa as seguintes variáveis: motivação, consciência, amabilidade, respeito, gratidão, habilidade social. No núcleo processo: vínculo materno, independência/ajuda familiar, orientação familiar, vínculo com a avó, Incentivo ao estudo, vínculo paterno, vínculo com a esposa, vínculo com a família de origem e infância atendida. No núcleo contexto: escola, grupo de pares, universidade, trabalho formal, EJA, grupo de dança, igreja/religião, brincar/lazer. No núcleo tempo: frequência de visita familiar, tempo da Lei e metas futuras.

No que se refere aos fatores de proteção, apesar da literatura da área já sinalizar alguns achados de pesquisas, optou-se por organizar os conteúdos sem a adoção de categorias de análise pré-estabelecidas, mas levando em consideração as definições conceituais e os achados de pesquisas empíricas já realizadas sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fatores de proteção: situações comuns vivenciadas entre os casos estudados

Os resultados envolveram a caracterização dos fatores de proteção comuns entre os participantes identificados na trajetória de vida dos AASCAs. Como principal unidade de análise nesta seção, os fatores de proteção foram organizados a partir dos quatro núcleos do MBDH e apresentados em um quadro no sentido de permitir a comparação entre os casos estudados. Os principais fatores de proteção identificados na trajetória de vida dos AASCAs foram comparados entre os casos estudados e estão dispostos no quadro da Figura 1.

Figura 1 - Quadro comparativo com os principais fatores de proteção identificados entre os cinco casos estudados

MBDH	Fatores de Proteção	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5
Pessoa	Motivação	√				
	Consciência		√			
	Amabilidade			√		
	Respeito			√		

	Gratidão				√	
	Habilidade social	√				
Processo	Vínculo materno		√	√	√	√
	Independência/ajuda familiar					√
	Orientação familiar		√			
	Vínculo com avó	√			√	
	Incentivo ao estudo	√				
	Vínculo paterno					√
	Vínculo com a esposa			√		
	Vínculo com família de origem			√		
	Infância atendida	√				
Contexto	Presença escolar	√				
	Grupo de pares				√	√
	Universidade	√				
	Trabalho Formal	√				
	EJA			√		
	Grupo de dança					√
	Religião	√	√	√	√	√
	Brincar/Lazer	√	√	√	√	√
Tempo	Frequência de visita familiar	√	√	√		√
	Tempo da Lei			√	√	
	Metas futuras	√		√		

Fonte: Elaborada pelas autoras

De maneira geral, os fatores de proteção encontrados neste estudo foram variados e distintos, ainda que tenham apresentado similaridades entre si. São exemplos de fatores que se repetiram nos casos analisados: vínculo materno, pertencimento a um grupo religioso, grupo de brincadeira na infância, visitas familiares no cárcere, e as metas para o futuro após o cumprimento da pena, entre outros.

Fatores de proteção relacionados ao núcleo Pessoa

Quanto aos fatores de proteção relacionados às características biopsicológicas do núcleo Pessoa, não foram observadas semelhanças entre os casos. Os dados coletados mostraram que os participantes possuíam características distintas entre si, o que pode estar relacionado à heterogeneidade encontrada neste tipo de população. Tal dado sugere não ser possível pensar em fatores de proteção únicos de AASCA.

Para Bergquist, Schmidt e Thomas (2022), os fatores de proteção são aqueles que se originam de fatores externos (por exemplo, ambientes extrafamiliares, como colegas, comunidade, escola e ambientes familiares) e fatores internos (por exemplo, autoeficácia, habilidades sociais, crenças, cognições). No entanto, sinaliza-se a necessidade de mais pesquisas que considerem como objeto de estudo fatores de proteção na trajetória desses

indivíduos, com o intuito de identificar e entender as características biopsicológicas dessa população.

Fatores de proteção relacionados ao Processo

O fator de proteção comum relacionado ao Processo referiu-se aqui ao vínculo afetivo materno forte. Todos os participantes relataram ser a mãe a principal figura de apego em suas vidas. Estudos sobre a Teoria do Apego sustentam que a qualidade de relações íntimas estabelecidas na infância (mas, sobretudo na primeira infância) de um indivíduo é fundamental para a compreensão de si mesmo e das outras pessoas (CONCEIÇÃO, 2014).

Diferentes tipos de relações que são estabelecidas nesses anos iniciais têm uma poderosa influência ao longo da vida, embora de modo algum devam ser percebidas de forma determinística. Estudiosos da Psicologia com foco no desenvolvimento infantil, como Santos e Araújo (2016) ratificam também que as vinculações familiares seguras, quando na infância, promoveriam uma apreensão mais positiva da realidade, bem como autoestima e vínculos afetivos satisfatórios na vida adulta.

No que tange aos fatores de proteção relacionados à perpetração de violência sexual, Salazar *et al.* (2018) compararam grupos de jovens universitários do sexo masculino quanto à violência sexual e fatores considerados de risco e de proteção. Seus resultados mostraram que jovens que pontuaram mais alto nas variáveis “conhecimento sobre consentimento sexual” e “dinâmica familiar funcional” tinham menores chances de apresentar histórico de violência sexual ao ingressar no ensino superior, sendo estes construtos considerados fatores de proteção.

Fatores de proteção relacionados ao Contexto

Quanto ao núcleo denominado de Contexto, especificamente o mesossistema, os fatores de proteção identificados em todas as fases de desenvolvimento sinalizaram a presença constante da religião e, na infância e na adolescência, os grupos de pares em atividades como brincadeiras e outras formas de lazer.

A identificação com os preceitos de uma religião e a vinculação a uma igreja podem ser entendidas como uma forma que os participantes encontraram de constituir uma rede de apoio social. Nesse sentido, as relações estabelecidas pelos participantes podem ter construído uma estrutura a partir da qual eles obtêm apoio social, por meio de outras pessoas, ou ainda ajuda espiritual. As redes constituem-se em um conjunto de vínculos (e seus respectivos papéis) relacionados ao indivíduo, quer por laços de

parentesco ou amizade, quer por relações ou ligações de um indivíduo em particular com um grupo de pessoas (MENEZES; SILVA, 2019).

As redes sociais apresentam expressiva importância na medida em que influenciam a autoimagem do indivíduo e são centrais para a experiência de identidade e competência, muito particularmente na atenção à saúde e adaptação a situações de crise (CAVALCANTE; FALCÃO; LIMA; MARINHO; MACEDO; BRAGA, 2012). Nesse sentido, estudos destacam o papel da religiosidade na constituição de bases de apoio ao desenvolvimento (WRIGHT; TURANOVIC; O'NEAL; MORSE; BOOTH, 2016), principalmente em situações de crise ou dificuldades na vida dos indivíduos.

Diante disso, uma pesquisa de Wallace *et al.* (2018) mostrou que as variáveis espiritualidade, identidade racial e senso de pertencimento à comunidade atuaram como fatores de proteção em uma amostra de jovens afro-americanos do sexo masculino, reduzindo as chances de envolvimento dos participantes em comportamentos violentos. Esses resultados reforçam a importância da rede de apoio social na construção de uma percepção positiva de si mesmo e na expressão emocional saudável do sujeito, atuando como fatores protetivos que inibem o comportamento violento.

Na presente pesquisa, outro fator protetivo identificado foi o grupo de pares de brincadeiras na infância e na adolescência. Pelo conteúdo das entrevistas, verificou-se a presença recorrente das atividades e relações compartilhadas nos grupos de brincadeira e de amizade. Segundo a literatura, os grupos de brincadeiras são considerados fatores de proteção, uma vez que são nesses grupos que os pares desenvolvem habilidades motoras, psíquicas, relacionais e afetivas (REIS *et al.*, 2012).

Neste seguimento, conforme aponta a literatura da área (AMPARO *et al.*, 2008), há três dimensões de resiliência que podem ser delimitadas: acadêmica, social e emocional. Em cada uma delas existem fatores de proteção atuantes, os quais promovem mudanças significativas no desenvolvimento. Especificamente sobre a resiliência social, esta caracteriza-se pela construção saudável de aspectos interativos como amizades, atitudes morais pró-sociais e competências sociais, e pode ser identificada no relacionamento interpessoal típico, na capacidade de empatia e no senso de pertencimento dos indivíduos ao seu grupo (AMPARO *et al.*, 2008).

É nessa direção que se reconhece o papel dos grupos de pares como fator de proteção. Na infância, estes podem ter atenuado os efeitos da pobreza e da violência sofrida, como a fome experimentada e as agressões perpetradas pelos pais. Na

adolescência, este pode ter sido um fator de proteção por ajudar no estabelecimento de relações sociais e íntimas mais funcionais (FREIRE, 2020; DUARTE; GALVÁN; ZUMALDE; SARMIENTO, 2021).

Fatores de Proteção relacionados ao Tempo

Enquanto os fatores de proteção inscritos nos demais núcleos se referiram a eventos passados na vida dos AASCA, sobretudo nos períodos da infância e adolescência, os fatores de proteção relacionados ao núcleo Tempo voltaram-se ao presente e futuro dos participantes. Observaram-se principalmente as metas para o futuro no conteúdo das entrevistas de dois participantes. Estes referiram-se a metas para a realização de ações e atividades realistas, ou metas mais objetivas relacionadas ao futuro. Diante disso, a produção científica da área aponta para as metas direcionadas para o futuro como fatores de proteção.

Thornton (2013) aponta que as metas realistas atuam como fatores de proteção para os AASCA após o cometimento da agressão sexual, reduzindo as chances de reincidência. Nesse sentido, é importante que o indivíduo apresente um senso de gerenciamento pessoal, conduzindo a própria vida de forma ativa e com base em metas realistas, além da habilidade para lidar com obstáculos que se interponham à realização dos seus objetivos.

De maneira geral, pode-se dizer que os fatores de risco e proteção fazem parte das experiências durante toda a trajetória de vida, desde o nascimento até a morte. Analisando a trajetória de vida dos participantes e de uma forma ou de outra pode-se tentar entender sobre direcionamento dos processos proximais que os conduziram à vivência de relações abusivas e comportamentos violentos – incluindo a agressão sexual de crianças e adolescentes, mesmo com a presença de alguns fatores relevantes.

Numa perspectiva temporal, procurou-se, neste estudo, captar a complexidade dos aspectos e relações que marcaram as trajetórias de vida desses indivíduos. Apesar dos estudos demonstrarem sobre os fatores de risco e proteção de maneira conjunta, a natureza do estudo direcionou para que fosse apresentado neste momento somente os fatores de proteção. No entanto, salienta-se que tal organização não desconsidera os fatores de risco como construto relevante para o entendimento do ato de perpetrar agressão sexual contra criança e adolescente.

Nesse sentido, entende-se que a vida dos participantes pode ser descrita como uma trajetória pautada por várias situações adversas, uma linha do tempo que reúne uma

variedade de fatores de risco, como exemplo, a débil condição socioeconômica, o trabalho infantil, a violência física e psicológica intra e extrafamiliar, que podem ser potencializadores do comportamento de agressão sexual à criança e ao adolescente, uma vez que tais fatores, em conjunto, podem conduzir os indivíduos a tornarem-se mais suscetíveis à prática da agressão sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs identificar fatores de proteção presentes na trajetória de vida e no desenvolvimento de AASCA a partir da perspectiva bioecológica. A pesquisa buscou, assim, enfatizar a importância de se conhecer não apenas as características biopsicossociais destes indivíduos, mas também seus contextos de desenvolvimento em suas particularidades e interações. A partir deste modelo teórico, entende-se ser possível pensar nos elementos que constituem a bioecologia do desenvolvimento da pessoa considerada em sua amplitude e complexidade.

Em linhas gerais, os resultados permitiram concluir que a agressão sexual deve ser entendida como produto da complexa interação de fatores individuais, relacionais, sociais, culturais, ambientais e temporais, nos moldes em que discutem pesquisas nacionais e internacionais (HABIGZANG *et al.*, 2005; MARQUES, 2005; MOURA, 2007; MOURA; KOLLER, 2008). Desse modo, considera-se que entender como esses fatores estão relacionados à formação da personalidade, da sociabilidade e ao processo de desenvolvimento de AASCAs, parece ser um dos passos mais importantes no estudo científico do comportamento dos autores de agressão sexual, conforme sinalizado na literatura (HALL, 1990; WARD; HUDSON, 1998).

Esta pesquisa, portanto, reforçou a premissa de que, para enfrentar de forma eficaz o problema da agressão sexual, é necessário compreender os AASCA de forma integrada, procurando dar sentido a um conjunto de informações sobre o curso da sua vida – da infância até a idade atual. Portanto, entender os AASCA e os aspectos que os constituem é um empreendimento importante, na medida em que pode oferecer subsídios para ações de cunho interventivo, seja para atendimento a essa população, seja para investir na prevenção desse comportamento.

Estudos como este confirmam a relevância social e acadêmica dessa temática e, gradativamente, abrem caminho para discutir a criação de políticas públicas de atendimento ao AASCA, permitindo fundamentar e implementar estratégias de prevenção e intervenção precoce que englobam três níveis de atenção: no nível primário, com ações

que têm como alvo a população em geral, pautadas em intervenções que educam, promovem a competência social, incentivam mudanças e ampliam as redes sociais; no nível secundário, com políticas dirigidas a grupos de alto risco (patologias crônicas e/ou agudas); e no terciário, com medidas específicas de prevenção que podem ser instituídas após a ocorrência de uma situação de abuso, e cujas ações visam reduzir sequelas e evitar reincidências (FERREIRA; GONÇALVES; MARQUES; MORAES, 1999).

Neste estudo, pode-se dizer que uma gama considerável de fatores de proteção relacionados à trajetória de desenvolvimento dos indivíduos envolvidos na pesquisados foi considerada a fim de examinar os AASCA e identificar como eles lidaram (no sentido de reagir às pressões dos diferentes níveis do contexto ecológico) com as condições hostis em que nasceram, cresceram e se desenvolveram durante o curso de suas vidas. Ou seja, como esses indivíduos, como pessoas em desenvolvimento, responderam sistematicamente, por meio dos fatores de proteção, às pressões e estímulos colocados por um ambiente familiar, quase sempre marcados por formas diferenciadas de vulnerabilidade, experiências de vitimização transgeracionais, problemas de comportamento na escola, atitudes de valorização da agressividade e outros comportamentos disfuncionais.

Como limitação deste estudo, sinaliza-se as dificuldades em realizar esse tipo de pesquisa com homens sentenciados, encarcerados, assim como a ausência de estudos científicos de dados empíricos no Brasil, uma vez que há ausência de fontes com dados reais e amplos, como dados de teste psicológicos e avaliações falométrica, cognitivas, psicológicas e comportamentais, como ocorre em outros países. No Brasil, além de não existirem serviços desse tipo, há uma barreira burocrática-legal que dificulta o acesso aos profissionais que pretendem realizar esses tipos de avaliação.

Além do supracitado, pode-se citar o pouco tempo de acesso aos participantes, o que pode ter dificultado a identificação e a compreensão dos fatores de proteção. Dessa forma, o tempo reduzido e a medida de autorrelato utilizada na investigação podem ter sido limitadores da pesquisa.

Tendo em vista essas conclusões e a escassez de pesquisas nessa área, este estudo apresenta-se como mais uma contribuição à pesquisa nessa direção, reforçando a necessidade de mais investigações, particularmente, no Brasil. Admite-se ser urgente explorar possibilidades de reverter a tendência ao cometimento de abuso sexual e a repetição da agressão sexual na infância e na adolescência, envolvendo pessoas de

diferentes gerações de uma mesma família. É igualmente necessária a promoção de vias de desenvolvimento alternativas à reincidência de agressão sexual, considerando a recorrência dessa prática à despeito da existência de tantos mecanismos de controle social e político que visam coibir e prevenir sua presença na família, na comunidade e na sociedade.

No âmbito dessa discussão, deve-se questionar também as implicações colocadas pela nítida presença de diferentes fatores de risco, apesar de não ter sido o foco deste artigo, e pela baixa presença dos fatores de proteção nos relatos dos casos, mas sobretudo a capacidade de dizer e prever o quanto a ação conjunta desses fatores pode ter contribuído ao longo do tempo para que esses indivíduos viessem a manifestar essa forma específica de comportamento – a agressão sexual perpetrada contra crianças e adolescentes.

Portanto, é necessária uma compreensão mais ampla e profunda sobre o porquê e em que circunstâncias os fatores observados nas trajetórias de vida aqui estudadas estão associados ou não à agressão sexual perpetrada. Esta compreensão mais ampliada pode ajudar a precisar onde e como concentrar os esforços para a prevenção da agressão sexual.

REFERÊNCIAS

- AMPARO, D. M.; GALVÃO, A. C. T.; ALVES, P. B.; BRASIL, K. T.; KOLLER, S. H. Adolescentes e jovens em situação de risco social: redes de apoio social e fatores pessoais de proteção. **Estudos de Psicologia**, v. 13, n. 2, p. 165-174, 2008.
- BAPTISTA, R. S.; FRANÇA, I. S. X. D.; COSTA, C. M. P. D.; BRITO, V. R. D. S. Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela. **Acta paulista de Enfermagem**, v. 21, n. 4, p. 602-608, 2008.
- BERGQUIST, B. K.; SCHMIDT, A. T.; THOMAS, A. G. Adverse Childhood Experiences and Negative Outcomes Among Justice-Involved Youth: Moderating Effects of Protective Factors. **Crime & Delinquency**, v.1, n. 1, p.1-30, 2022.
- BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: Experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artmed, 1996.
- BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do Desenvolvimento humano**: tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- CAVALCANTE, L. P.; FALCÃO, R.S.T.; LIMA, H.P.; MARINHO, A.M.; MACEDO, J.Q.; BRAGA, V.A.B. Rede de apoio social ao dependente químico: Ecomapa como instrumental na assistência em saúde. **Revista de Rede de Enfermagem do Nordeste**, v.13, n. 2, p. 321-331, 2012.

CECCONELLO, A. M.; KOLLER, S. H. Competência social e empatia: um estudo sobre resiliência com crianças em situação de pobreza. **Estudos de Psicologia**, v. 5, n. 1, p. 71-93, 2000.

CECCONELLO, A. M.; DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. **Psicologia em Estudo**, v. 8, edição especial, p. 45-54, 2003.

CONCEIÇÃO, I. K. **Transmissão intergeracional do abuso sexual infantil, apego e estilos**. 2014. 25 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

COSTA, L. P. D.; ROCHA, C. J. B. D.; CAVALCANTE, L. I. C. Características biopsicossociais entre acusados de agressão sexual contra crianças/adolescentes em contextos intra e extrafamiliar. **Trends in Psychology**, v.26, n.1, p. 283-295, 2018.

CRUZ, M. A. D., GOMES, N. P., CAMPOS, L. M., ESTRELA, F. M., WHITAKER, M. C. O., LÍRIO, J. G. D. S. Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p.1369-1380. 2021.

DE ANTONI, C., KOLLER, S. H. A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. **Estudos de Psicologia**, v.5, n.2, p.347-381. 2000.

FERREIRA, A. L., GONÇALVES, H. S., MARQUES, M. J. V., MORAES, S. R. S. A prevenção da violência contra a criança na experiência do Ambulatório de Atendimento à Família: entraves e possibilidades de atuação. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, n. 1, p. 123-130. 1999.

FLORENTINO, B. R. B. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 139-144. 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**, Rio de Janeiro, 2021.

FREIRE, Gabriela Correa da Silva Cunha. **O papel da família e dos pares em trajetórias de risco e conflito: a perspectiva de jovens**. 2020. 32f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2020.

GALLO, A. E., WILLIAMS, L. C. A. A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, p. 33, p. 41-59. 2008.

HABIGZANG, L. F., KOLLER, S. H., AZEVEDO, G. A., MACHADO, P. X. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Teoria e Pesquisa**, v. 21, n. 3, p. 341-348. 2005.

HALL, G. C. N. Prediction of sexual aggression. **Clinical Psychology Review**, v.10, n. 2, p. 229-245. 1990.

- KAZDIN, A. E. Adolescent mental health: prevention and treatment programs. **American Psychologist**, v. 48, n. 2, p. 127-14. 1993.
- LORDELLO, S. R., LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S. Contribuições conceituais e metodológicas do Modelo Bioecológico para a compreensão do abuso sexual intrafamiliar. **Psico**, v. 43, n. 2, p. 260-269. 2012.
- MARQUES, Heloisa Maria de Vivo. **A voz do abusador: aspectos psicológicos dos protagonistas de incesto**. 2005. 184 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005
- MENEZES, K. C. A., DA SILVA, A. C. S. Violência sexual no Tocantins: a atuação da rede de proteção. **Humanidades & Inovação**, v. 17, n. 6, p. 230-241. 2019.
- MOURA, Andreina. S. **A criança na perspectiva do abusador sexual**. 2007. 141 f. Dissertação do curso de Psicologia, Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- MOURA, A. S., KOLLER, S. H. A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: um estudo sobre distorções cognitivas. **Psico-USF**, v.13, n. 1, p. 85-94. 2008.
- NEVES, A. S., DE CASTRO, G. B., HAYECK, C. M., CURY, D. G. Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares. **Temas em psicologia**, v. 18, n. 1, p. 99-111. 2010.
- NUNES, M. C. A., ANDRADE, A. G. DE S., MORAIS, N. A. DE Adolescentes em conflito com a lei e família: um estudo de revisão sistemática da literatura. **Contextos Clínicos**, v. 6, n. 2, p. 144-156. 2013.
- PAIXÃO, É. S., NETO, J. C. S. O abuso sexual de crianças e adolescentes: considerações sobre o fenômeno. **Territorium**, v. 27, n. I, p. 97-111. 2020.
- PEREIRA, A. S., WILLHELM, A. R., KOLLER, S. H., ALMEIDA, R. M. M. D. Fatores de risco e proteção para tentativa de suicídio na adultez emergente. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 2, p. 3767-3777. 2018.
- PLATT, V. B., BACK, I. D. C., HAUSCHILD, D. B., GUEDERT, J. M. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 2., p. 1019-1031. 2018.
- POLETTO, M., KOLLER, S. H. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 25, n. 2, p. 405-416. 2008.
- POWELL, K. E., MERCY, J. A, CROSBY, A. E., DAHLBERG, L. L., SIMON, T. R. Public health models of violence and violence prevention. In KURTZ, L. R. (Org). **Encyclopedia of Violence, Peace, and Conflict**. San Diego, CA: Academic Press, 1999, p.175-87.

REIS, D. C., MONTEIRO, E. F., PONTES, F. A. R., SILVA, S. S. C. Brincadeiras em uma comunidade ribeirinha amazônica. **Psicologia: teoria e prática**, v. 14, n. 3, p. 48-61. 2012.

ROMM, K. F., PARK, Y. W., HUGHES, J. L., GENTZLER, A. L. Risk and protective factors for changes in adolescent psychosocial adjustment during COVID-19. **Journal of Research on Adolescence**, v. 31, n. 3, p. 546-559. 2021.

RUTTER, M. Resilience in the face of adversity: Protective factors and resistance to psychiatric disorder. **The British journal of psychiatry**, v. 147, n. 6, p. 598-611. 1985.

SALAZAR, L. F., SWARTOUT, K. M., SWAHN, M. H., BELLIS, A. L., CARNEY, J., VAGI, K. J., LOKEY, C. Precollege sexual violence perpetration and associated risk and protective factors among male college freshmen in Georgia. **Journal of Adolescent Health**, v. 62, n. 3, p. 551-557. 2018.

SAMPSON, R. J., LAUB, J. H. Crime and Deviance in the Life Course. **Annual Review of Sociology**, v. 18, n. 2, p. 63-84. 1992.

SANTOS, C. S. O. E., ARAÚJO, M. A. N. Vínculo afetivo materno: processo fundamental à saúde mental. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 5, n. 1, p. 65-73. 2016.

SIEVING, R. E., MCREE, A. L., MCMORRIS, B. J., SHLAFER, R. J., GOWER, A. L., KAPA, H. M., RESNICK, M. D. Youth–adult connectedness: a key protective factor for adolescent health. **American journal of preventive medicine**, v. 52, n. 3, p. 275-278. 2017.

SILVA, D. F. M., HUTZ, C. (2002). Abuso infantil e comportamento delinquente na adolescência: prevenção e intervenção. In: HUTZ, C. (Org.), **Situações de risco e vulnerabilidade na infância e adolescência** São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2002, p. 55-68.

THARP, A. T., DEGUE, S., VALLE, L. A., BROOKMEYER, K. A., MASSETTI, G. M., MATJASKO, J. L. A systematic qualitative review of risk and protective factors for sexual violence perpetration. **Trauma, Violence & Abuse**, v.14, n. 2, p. 133-167. 2012.

THORNTON, D. Implications of our developing understanding of risk and protective factors in the treatment of adult male sexual offenders. **International journal of behavioral consultation and therapy**, v. 8, n. 1, p. 3-4. 2013.

TORRADO DUARTE, O. E., HERNÁNDEZ GALVÁN, A., CALVETE ZUMALDE, E., PRADA SARMIENTO, E. L. Factores protectores y de riesgo asociados a las conductas delictivas en adolescentes: una revisión sistemática. **Revista Criminología**, v. 63, n. 1, p. 105-122. 2021.

WALLACE, C. M., MCGEE, Z. T., MALONE-COLON, L., BOYKIN, A. W. The impact of culture-based protective factors on reducing rates of violence among African American adolescent and young adult males. **Journal of Social Issues**, v. 74, n. 3, p. 635-651. 2018.

WARD, T., HUDSON, S. M. A model of the relapse process in sexual offenders.
Journal of Interpersonal Violence, v. 13, n. 6, p. 700–725. 1998.

WRIGHT, K. A., TURANOVIC, J. J., O'NEAL, E. N., MORSE, S. J., BOOTH, E. T.
The cycle of violence revisited childhood victimization, resilience, and future violence.
Journal of Interpersonal Violence, v. 25, n. 2, p. 1-26. 2016.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Recebido em: 10/09/2022

Aprovado em: 08/10/2022

Publicado em: 12/10/2022